

SUMÁRIO

1. AUDITORIA INTERNA	1
2. ORÇAMENTO PÚBLICO	1
3. ACORDOS, CONVÊNIOS E CONGÊNERES SEM REPASSE DE RECURSOS	1
4. GESTÃO DE PESSOAS, COMISSÕES, CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS	2
5. EVENTOS E CAPACITAÇÕES	3
6. REGULAMENTAÇÕES, MANUAIS, NORMAS, PLANOS, POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS	3

1. AUDITORIA INTERNA

[Resolução n. 34](#), de 21/08/2024. Aprova o Relatório Anual de Atividades, elaborado pela Secretaria de Auditoria Interna, referente ao exercício de 2023, bem como seus anexos.

2. ORÇAMENTO PÚBLICO

[Portaria n. 2935/2024](#), de 09/08/2024. Tornar público, inclusive por meio eletrônico, a retificação e publicação do Relatório de Gestão Fiscal deste Poder Judiciário referente ao período de JANEIRO/2020 a DEZEMBRO 2020 (3º Quadrimestre 2020).

[Portaria n. 3200/2024](#), de 29/08/2024. Alterar o Detalhamento da Despesa para o exercício 2024, da Unidade Orçamentária indicada no Anexo I.

[Portaria n. 03316/2024](#), de 13/09/2024. Tornar público, inclusive por meio eletrônico, a publicação do Relatório de Gestão Fiscal deste Poder Judiciário referente ao período de SETEMBRO/2023 a AGOSTO/ 2024 (2º Quadrimestre 2024).

[Portaria n. 03796/2024](#), de 22/10/2024. Tornar público, inclusive por meio eletrônico, a retificação e publicação do Relatório de Gestão Fiscal deste Poder Judiciário referente ao período de JANEIRO/2023 a DEZEMBRO/2023 (3º Quadrimestre 2023).

3. ACORDOS, CONVÊNIOS E CONGÊNERES SEM REPASSE DE RECURSOS

Termos de reciprocidade com hospitais, clínicas, farmácias de manipulação, laboratórios e centro educacional, objetivando a concessão de descontos diferenciados para servidores e seus dependentes. Disponível em:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/transparencia/licitacoes-contratos-e-instrumentos-de-cooperacao/acordos-terminos-convenios-e-protocolos-vigentes>

Termo de reciprocidade n. 6/2024, com a empresa **Dizer o Direito Ltda.**, cujo objeto do presente termo é a concessão de **30%** (trinta por cento de desconto), em favor dos magistrados, servidores efetivos, servidores cedidos, servidores comissionados, e os estagiários vinculados ao TJAM, nas assinaturas do site Buscador Dizer o Direito. Disponível em:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/compras-publicas/contratos/2024/acordos-convenios-e-co>

[ngeneres-sem-repasse-de-recursos-6/acordo-de-cooperacao/termo-de-reciprocidade-n-06-2024-tjam-x-dizer-o-direito-ltda/46598-termo-de-reciprocidade-n-06-2024-tjam-x-empresa-dizer-o-direito-ltda-pdf/file](https://www.tjam.jus.br/index.php/compras-publicas/contratos/2024/acordos-convenios-e-congenes-sem-repasse-de-recursos-6/acordo-de-cooperacao/termo-de-reciprocidade-n-06-2024-tjam-x-dizer-o-direito-ltda/46598-termo-de-reciprocidade-n-06-2024-tjam-x-empresa-dizer-o-direito-ltda-pdf/file)

Termo de reciprocidade n. 7/2024, com a Associação de Cultura Franco Brasileira de Manaus (**Aliança Francesa**), cujo objeto do presente termo é a concessão de **50%** (cinquenta por cento de desconto) nas mensalidades, desde que pagas até o dia de seu vencimento. Disponível em:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/compras-publicas/contratos/2024/acordos-convenios-e-congenes-sem-repasse-de-recursos-6/acordo-de-cooperacao/termo-de-reciprocidade-n-07-2024-tjam-x-associao-de-cultura-franco-brasileira-de-manaus/47913-termo-de-reciprocidade-n-07-2024-tjam-x-associao-de-cultura-franco-brasileira-de-manaus-pdf/file>

4. GESTÃO DE PESSOAS, COMISSÕES, CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS

[Portaria n. 3143, de 27/08/2024](#). Regulamenta a apresentação de comprovante de contratação de plano de saúde por magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Portaria n. 3604](#), de 27/09/2024. Designar os membros da Equipe de Transição da atual gestão da Presidência e da Equipe de Transição do Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, atual Corregedor-Geral de Justiça e Presidente eleito para o Biênio 2025-2027.

[Portaria n. 3716](#), de 07/10/2024. Designar membros da Equipe de Transição da atual gestão da Vice-Presidência e membros da Equipe de Transição do Excelentíssimo Desembargador Ailton Luís Corrêa Gentil, Vice-Presidente eleito para o Biênio 2025-2027.

[Portaria n. 3820](#), de 15/10/2024. Designar como membros da Equipe de Transição do Excelentíssimo Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Corregedor-Geral de Justiça eleito para o Biênio 2025-2027.

[Resolução n. 39](#), de 08/10/2024. Aprova anteprojeto de lei que cria e extingue funções gratificadas e cargos comissionados na estrutura do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, alterando a [Lei nº 3.226/08](#).

[Portaria n. 3776](#), de 10/10/2024. Dispõe sobre os procedimentos para requerimento de Condição Especial de Trabalho por motivo de transtornos psiquiátricos, transtornos psicológicos, transtorno do espectro autista (TEA), transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) e demais condições neuro divergentes.

[Resolução n. 40](#), de 15/10/2024. Altera as Resoluções [n.º 23/2023](#) e [n.º 24/2023](#), que instituem, respectivamente, condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição.

[Portaria n. 3836](#), de 15/10/2024. Dispõe sobre os procedimentos para requerimento de Licença para tratamento de saúde e/ou por motivo de doença em pessoa da família decorrente de transtornos psiquiátricos, transtornos psicológicos, transtorno do espectro

autista (TEA), transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) e demais condições neuro divergentes.

5. EVENTOS E CAPACITAÇÕES

[Resolução n. 36](#), de 24/09/2024. Institui o “Prêmio Mãos que Amparam” de proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar.

[Edital nº 04/2024](#), ESMAM. Seleção de propostas de cursos de autoria de magistrados, magistradas do poder judiciário do Amazonas, que tenham interesse em desenvolvê-las, no âmbito da ESMAM, nos termos deste regulamento, cujo prazo dar-se-á no período de 21 de outubro a 20 de dezembro de 2024 para a submissão de propostas.

6. REGULAMENTAÇÕES, MANUAIS, NORMAS, PLANOS, POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS

[Portaria n. 3090, de 21/08/2024](#). Regulamenta as Oficinas sobre o Envelhecimento no âmbito do Tribunal de Justiça do Amazonas.

[Portaria n. 3357](#), de 13/09/2024. Dispõe sobre o Comitê de Atenção e Cuidados à Causa Animal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 35](#), de 24/09/2024. Dispõe sobre a implementação da Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas Interseccionalidades, conforme [resolução nº 425/2021](#) do Conselho Nacional de Justiça.

[Resolução n. 37](#), de 24/09/2024. Regulamenta a composição e implementação da Vara de Garantias Penais e de Inquéritos Policiais.

[Resolução n. 38](#), de 01/10/2024. Estabelece parâmetros básicos para a elaboração da ementa jurisprudencial no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Portaria ESMAM n. 09](#), de 26/09/2024. Institui o Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola Superior Da Magistratura Do Amazonas – ESMAM (PDI), para o período de 2024 – 2028.

[Portaria n. 3812](#), de 14/10/2024. Dispõe, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, sobre os procedimentos para solicitação, concessão e monitoramento do acesso a processos judiciais para fins de pesquisa científica e dá outras providências.

[Resolução n. 41](#), de 15/10/2024. Dispõe sobre o procedimento de cadastramento de instituições, órgãos e entidades para destinação de bens e recursos decorrentes de decisões judiciais e de instrumentos negociais de autocomposição em tutela coletiva no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Portaria n. 3835](#), de 15/10/2024. Instituir o Calendário Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para o exercício de 2025, nos termos do documento em anexo, que desta é parte integrante e inseparável.

[Resolução n. 42](#), de 15/10/2024. Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, procedimentos e diretrizes a serem observados para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas escolares e não-escolares

a todas as pessoas privadas de liberdade, independentemente do regime de cumprimento de pena.

[Resolução n. 43](#), de 22/10/2024. Aprova o Plano de Contratações Anual do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, referente ao ano de 2025.

[Resolução n. 44](#), de 22/10/2024. Regulamenta a utilização dos meios eletrônicos para as comunicações processuais e a gratificação de atividade externa no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 45](#), de 22/10/2024. Dispõe sobre os procedimentos de incorporação e controle dos bens móveis do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

[Resolução n. 46](#), de 29/10/2024. Dispõe sobre a reserva de vagas, nos contratos firmados com o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, para mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social.

[Resolução n. 47](#), de 29/10/2024. Aprova o anteprojeto de lei que dispõe sobre o Regulamento de Custas Judiciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.